



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

SUBALTERNIZADAS POLÍTICAS: CANDIDATAS MULHERES E O ESPETÁCULO DAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2016

Shirlei Santos de Jesus Silva¹

Universidade Federal da Bahia; shirlei.sjs@hotmail.com

Resumo: Esta apresentação é resultado de minha pesquisa de mestrado em que busco compreender as barreiras vivenciadas por mulheres candidatas no processo eleitoral brasileiro, particularmente negras, lésbicas, trans e deficientes, o que gera um baixo grau de sucesso eleitoral, ou seja, de candidatas mulheres eleitas nos diferentes níveis dos poderes executivo e legislativo. Teve como lócus o município de Salvador/BA, onde através de uma etnografia das eleições gerais de 2014 e locais de 2016, foram entrevistadas 18 mulheres candidatas. A partir da interdisciplinaridade entre a linguagem teatral e a antropologia, apresentarei os resultados como uma peça teatral, articulando minhas posições de atriz e acadêmica das humanidades. Tomando a realidade como encenação, percebo como o sexismo impede o sucesso eleitoral dessas candidatas, demonstrando como os sistemas discriminatórios advindos da colonialidade do poder se refletem de forma interseccional na política androcêntrica brasileira, mantendo as mulheres em lugar de subalternidade. Apesar de consideradas menos capazes de exercerem liderança política pelos valores hegemônicos de nossa sociedade, demonstrarei como, a partir suas trajetórias pessoais na política, essas candidatas enfrentam as principais barreiras impostas por um sistema político injusto para as mulheres.

Palavras-chave: Eleições, Subalternidades, Colonialidade, Etnografia.

¹Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, no PPGNEIM- Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA - Universidade Federal da Bahia; Pesquisadora do GIR@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

SINOPSE

Etnograficamente encenada essa pesquisa de mestrado busca compreender as barreiras vivenciadas por mulheres candidatas no processo eleitoral brasileiro, particularmente negras, lésbicas, trans e deficientes, e o que gera um baixo grau de sucesso eleitoral, ou seja, de candidatas mulheres eleitas nos diferentes níveis dos poderes executivo e legislativo. Com lócus no município de Salvador/BA, mas em diálogo com outras cidades do Brasil, etnografei as eleições gerais de 2014 e locais de 2016, onde foram entrevistadas 18 mulheres candidatas, que a partir da interdisciplinaridade entre a linguagem teatral e a antropologia, terão suas trajetórias pessoais e políticas apresentadas e analisadas. Tomando a realidade como encenação, articulo minhas posições de atriz e acadêmica das humanidades, além de mulher, negra, periférica e feminista, e percebo como o sexismo impede o sucesso eleitoral dessas candidatas, ao ponto que demonstro como os sistemas discriminatórios advindos da colonialidade do poder compreendida como uma interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial reconfigura

transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder (QUIJANO,2014). A colonialidade do poder se reflete de forma interseccional na política androcêntrica brasileira, mantendo as mulheres em lugar de subalternidade, que mesmo apesar de consideradas menos capazes de exercerem liderança política pelos valores hegemônicos de nossa sociedade, demonstrarei como, essas candidatas enfrentam os principais obstáculos impostos por um sistema político injusto para as mulheres. Para isso teremos esse espetáculo dividido em três blocos, com muita música, dança e teatro, respectivamente compreendidos como poder, dinheiro e a política, linguagens estas que sempre permeiam os grandes espetáculos, nesse caso as Eleições Brasileiras de 2014 e 2016.

1.1. Apresentação das personagens e do cenário

Nesse bloco conheceremos as 18 personagens escolhidas, diante das suas falas e trajetórias e qual foi o enredo traçado por cada uma delas para a vida política. Os nomes das personagens serão de grandes feministas do mundo, não só em homenagem as essas importantes mulheres, mas para conseguir representar a altura as personagens dentro de suas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

importantes representações, com fatos e entrevistas reais colhidas com autorização das mesmas. Início com a candidata mais velha dentre as demais, primeira mulher negra a ocupar um alto posto no judiciário brasileiro que, aos 72 anos, se candidatou à deputada federal pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Essa jurista iniciou a sua apresentação apontando o racismo sofrido por ela durante toda a sua carreira profissional, sendo o racismo o principal impulsionador para seu ingresso na disputa política. Ela apontou a sua candidatura como uma forma de gritar, falar e denunciar as discriminações sofridas pela população pobre, negra e de periferia. Para tanto, colocou a educação e as cotas para concursos público como as pautas prioritárias de seu mandato, caso eleita. Apesar de não ter alcançado sucesso eleitoral, ela acabou ocupando um alto cargo do governo executivo de Temer, tendo se afastado após polêmicas na mídia, não muito diferentes daquelas que outras mulheres negras em altos postos de liderança e poder sofreram na história recente de nosso país. Outra candidata negra, com 57 anos, dedicou sua vida para lutar pelas melhoras trabalhistas das empregadas domésticas e outros “invisibilizados”, além de pontuar a importância da educação das

crianças desde pequenas de maneira igual, com os mesmos direitos e deveres, para que aprendam que não existem “papeis ou locais” reservados para cada gênero, defendendo que a igualdade de gênero se constrói nas pequenas atitudes do dia-a-dia e desde a infância. Reconhecendo sua posição confortável enquanto classe e raça, uma candidata trans branca, aos seus 63 anos de idade, coloca sua candidatura como “pedagógica”, ou seja, para ela é preciso que a questão da transgeneridade ganhe centralidade no debate social, para que seja possível romper com os modelos fixos de masculinidade e feminilidade. No entanto, a candidata compreende que a luta da população transexual é um projeto de longo alcance. Enquanto uma se reconhece enquanto privilegiada, outra candidata trans, dessa vez negra de 39 anos, acredita que a igualdade só acontecerá fora da lógica capitalista e lutará também pela demarcação das terras indígenas e quilombolas. Também inclui em sua agenda política o fortalecimento das lutas populares, feministas e contra a homofobia e o genocídio da população negra, pela descriminalização do aborto e o fortalecimento da luta pelo coletivo e pelo bem comum. Uma outra candidata trans afirmou que é militante desde adolescência e que nos últimos anos tem atuado mais



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

fortemente na militância virtual partidária e LGBT. Ela foi a 1º mulher trans, aos 48 anos, a concorrer dentro da lei de cotas para as mulheres nos partidos políticos, e viu na sua candidatura a possibilidade de dar visibilidade às pessoas transexuais dentro do partido e nos movimentos sociais, pois existem demandas específicas da população trans que diferem dos outros segmentos. Compreendendo como caminho juntar as lutas das minorias, mas não na ideia de “guetos”, e sim como uma junção no que diz respeito à comunicação e organização, uma das candidatas negra, aos seus 70 anos, que esteve junto ao movimento sindical e partidário, deseja lutar para que as pessoas possam votar em projetos e não nos políticos, sendo assim, a favor do voto em lista, além de considerar uma vitória resistir a política de aliança dentro do partido. Com uma reflexão interseccional, a candidata trans, de 38 anos, que militou em grupos e associações LGBT voltados à prevenção da AIDS, observa como a sociedade machista violenta a mulher cis, mas pontua o sofrimento duplo passado pela mulher trans. E mesmo diante das conquistas das mulheres na política brasileira, nota que as representantes mulheres cis seguem um determinado padrão – “sem generalizar”, diz ela -, moralista, religioso, que elas precisam se desconstruir.

Corroborando com algumas candidatas já apresentadas, outra candidata trans, aos 31 anos, colocou como um dos desafios desmistificar a imagem construída da travesti no Brasil. Ela, militante LGBT, aceita pela família, iniciou o interesse político ainda na universidade, junto à militância partidária. Entre outras bandeiras, defende a causa animal e a defesa irrestrita do Estado Laico, como ações de proteção das religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé. Considerando como fundamental a ocupação de cargos políticos pra servir de espelho e de referência para a juventude, umas das candidatas, negra, aos seus 47 anos afirma que a população negra não deve ser somente destinada às atividades de serviço braçal, ou atividades de baixa remuneração. Esta militante das questões e pautas raciais desde os 15 anos, iniciou sua militância política no DCE da universidade, atuando até então em diferentes esferas políticas. Outro caso de militância política e sindical iniciada dentro da universidade, é de uma candidata lésbica, de 66 anos, que pretendeu defender as pautas políticas voltadas à mulher, com foco na elaboração de políticas públicas para combater as diversas formas de violência, além de expor a necessidade de qualificação e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

inserção no mercado de trabalho com igualdade de rendimentos, com foco na autonomia econômica das mulheres. Outras questões que ela mencionou foram: mais acesso às políticas de saúde da mulher; acesso à cultura. Para além das questões das mulheres, pretendia também atuar no combate à homofobia e na defesa de políticas públicas voltadas para atender demandas específicas da população LGBT. Já com início da militância no movimento estudantil, seguido da militância partidária, outra candidata branca de 57 anos, não tem essa eleição como a primeira, e observa que a política brasileira foi construída no sistema onde as elites comandam para homens, Brasil esse de homens fortes e partidos fracos, e ressalta que fruto disso é a liberação da votação pelas mulheres no Brasil a partir somente de 1932, acontecimento tardio. Uma candidata diferente da maioria apresentada, não tem histórico na militância no movimento LGBT, mas sempre esteve envolvida no apoio aos participantes do movimento. Como Mulher Lésbica, aos seus 33 anos, entende que o movimento LGBT precisa de legitimidade no poder público, e que essa luta precisa ser concretizada através da definição dos nossos direitos, por lei. A única candidata deficiente, por sua vez, aos seus 56 anos considera de grande importância ter deficientes

nos espaços de poder, denunciando as armadilhas do capacitismo e assistencialismo. Com início da militância após perder a sua visão, junto a Fundação Baiana de Cegos, a candidata tece críticas a academia que não relaciona teoria com a realidade, onde os/ as alunos/ as com deficiências onde a falta de acessibilidade prepondera a invisibilidade, ao destacar minorias sem incluir os deficientes em pauta. Militante desde muito cedo, com início na arte transformista, outra candidata Trans de 55 anos, é uma candidata que acredita em políticas públicas na prática, e com a militância independente, acolhe na prática LGBTs desprezados pela família, e após o aumento de assassinatos e perda de muitas amigas travestis e amigos gays de forma cruel, se sentiu impulsionada a disputar as eleições. Com o mesmo fator impulsionador, a militante partidária das causas trans, a candidata Trans negra de 33 anos, que já passou por diversas dificuldades inclusive fome, decidiu por concorrer diante de tantas injustiças e desigualdades sociais. Como prioridade caso eleita tem a luta a favor dos mais pobres, carentes, periféricos, quilombolas, moradores de zona rural, e a população que não tem acesso a saúde, educação de qualidade ou emprego digno, e a população LGBT está nesse círculo. As candidatas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Trans entrevistadas em sua maioria são impulsionadas por casos de transfobias ocorridas com elas ou com pessoas próximas, uma delas é uma Trans negra, de 32 anos, militante desde muito cedo, que teve sua amiga morta pela transfobia, e a partir de então seguiu em movimentos e associações voltadas a comunidade LGBT. Entre os cruzamentos discriminatórios por ser mulher trans, negra e periférica, tem como prioridades a inserção de LGBT no mercado de trabalho, além de traçar políticas relacionadas e sensíveis as especificidades dos seguimentos de lésbica, gay, bissexuais, travestis e transexuais. Já a maioria das candidatas negras, seguem da militância comunitária para a militância política, como é o caso da candidata Negra de 54 anos, que coloca como prioridades políticas a educação de forma transversal, a saúde, e em seguida a luta pelo fortalecimento dos movimentos sociais, do terceiro setor, além do fortalecimento das ONG's, movimentos com papeis fundamentais dentro das comunidades. Com início da militância no MNU (Movimento Negro Unificado) onde tem maior parte da sua formação, nos últimos anos decidiu por militar em instituições de mulheres, pois para ela “não há condições de algumas mulheres militarem em algumas instituições mistas”. Enquanto candidata Negra

aos 54 anos, quer ver a cidade feminina, mulheres negras, gordas, trans*, bi, em situações de rua, de presídio, mulheres deficientes, marisqueiras, pescadoras, empreendedoras, e pensar a partir desse lugar, que define como nosso.

São 18 candidatas, que se dividem entre 8 partidos, em sua maioria Cisgênero heterossexual e negra, distribuídas nos dois anos estudados, onde 10 delas concorreram em 2014 e 8 pleitearam em 2016. Infelizmente somente uma das candidatas pontuadas acima foi eleita, eleição fruto de sucessivas vitórias eleitorais, pois essa candidata está no seu 4º mandato como Deputada Federal. O ponto em comum de todas é a média de idade de 51 anos, além da maioria ter o estado civil solteira, e poucos ou nenhum filho, o que assinala que “Para as mulheres, está é uma idade em que diminuem os cuidados com as crianças e aumenta a disponibilidade para a participação política” (DEMOCRACIA, 2008), já sobre o quesito estado civil e quantidade de filhos, DEMOCRACIA (2008) pontua que para as mulheres, é muito difícil a conjugação da vida política com a vida conjugal e familiar, fruto da cultura patriarcal impregnada na sociedade. Após conhecer melhor as personagens da trama política, lhes apresento agora o enredo, que se inicia em 2014 junto ao



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Observatório Feminista da Política, onde pude analisar de forma mais ampla os discursos das ditas "minorias" políticas, e compreender que a sub-representação de determinados grupos também é fator de afastamento de eleitores da discussão sobre política. Portanto destaco as eleições de 2014 e 2016, e os seus principais elementos abaixo, para descrever como estava o campo no período. Em 2014 a eleição no Brasil, foi muito acirrada para o cargo de presidente do país, levando ao seu segundo mandato a presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesta eleição as questões de gênero, sexualidade e raça permearam toda a disputa, por exemplo, essa foi a primeira que contou com uma determinação do TSE enquanto a autodeclaração de cor/raça no registro da candidatura, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que divide brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Outro ponto importante foram as candidaturas de três mulheres para o cargo de Presidência, Dilma Rousseff (PT) eleita no segundo turno, Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL), algo ocorrido pela primeira vez na disputa. Já em 2016 ocorreram eleições estaduais e municipais, após dois anos de desgastantes protestos e manifestações nacionais de grupos pró-governo Dilma e

anti-governo. No bojo de todo esse caos político vivido no país, um ponto marcante foi a diminuição da participação de mulheres nos cargos eletivos se comparado com as eleições municipais em anos anteriores. O número de mulheres vereadoras que estava crescente no Brasil decaiu em 2016, observe as porcentagens por ano: em 2004 (7,4%), em 2008 (9,4%), em 2012 (11,8%), já em 2016 (11,6%) apenas de mulheres eleitas. Em todo Brasil, o Norte e Nordeste lideraram em representação de gênero, com o Estado do Rio Grande do Norte a frente de todos os outros com 28% de mulheres eleitas para o cargo de vereadoras em vários municípios. Em Salvador/BA, por exemplo, tivemos somente oito mulheres eleitas, sem contar os diversos municípios que não elegeram mulheres, o que demonstra que o Brasil está muito aquém da paridade de gênero no mundo da política.

1.2. Apoio partidário: as coreografias do espetáculo

Na política brasileira, principalmente nas eleições retratadas, ficou nitida a subalternização das minorias políticas no que diz respeito a financiamento de campanha, horário de propaganda, divulgação e comunicação da campanha, o que impactou diretamente nos resultados



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

das candidatas ao final de cada eleição.

Dado possivelmente observado na porcentagem menor que 12% de mulheres que ocupam o parlamento, sem contar no discurso qualitativo, voltados as necessárias demandas dos respectivos movimentos sociais desses grupos, que na maioria dos casos é inexistente.

Em 2014 uma das candidatas afirmou: *“é uma campanha sem estrutura financeira, é uma campanha que as pessoas vêm pela questão ideológica, pela questão do compromisso da luta das mulheres, da questão racial, é uma campanha que não tem empresário bancando, até porque as mulheres não tem quem financie, por isso que a gente fala da importância do financiamento ser pública, a reforma política tem que acontecer.”* (C, 2014)

Outra candidata que participou das duas campanhas pontuou: *“A gente perguntou muito também a questão do fundo partidário, me falaram que não ia ter, que não ia ter, enfim... Na minha conta depositaram R\$ 2000,00 no fundo partidário. Eu não sei dos outros (...) se fosse no início (no começo da campanha) seria melhor, porque assim, é, eu vinha fazendo as minhas economias pra fazer os meus santinhos, porque eu já venho do outro partido que não me deu nada. Então eu fiz um “minhaeiro”, quando eu abri o “minhaeiro” tinha*

R\$1.000,00 de moedas, então assim, o santinho já estavam garantidos. Eles deram pra mim também agora 70.000 santinhos e para os outros deram 50.000, acho que pra mim porque eu tenho um padrinho (deputado), então ele me deu mais 20. No fundo partidário eu não sei se teve o dedo deles, porque eu sabia que ia ter o fundo partidário. Então teve uma candidata negra que desistiu, também eu não sei porque ela desistiu.” (J,2016) Essas falas dialogam com as modificações ocorridas nas últimas eleições, o que difere das últimas décadas, que foi de 1993 a 2014, onde as empresas brasileiras podiam fazer doações para campanhas eleitorais, com o limite legal de 2% do faturamento bruto da empresa no ano anterior à eleição, e esse beneficiário podia ser o candidato ou o partido político, responsável por dividir o recurso para os candidatos. No entanto a minirreforma eleitoral de 2015 (13.165/2015), proibiu as doações empresariais totalmente, restando assim as doações de pessoas físicas, que pode ser de até 10% de seus rendimentos brutos no ano anterior à eleição. Além da doação de dinheiro, as pessoas físicas também podem doar ou emprestar bens pessoais estimáveis em dinheiro, diretamente aos candidatos, com um limite de valor das doações de bens que passou de R\$ 50 mil para R\$ 80



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mil por pessoa física. Dentro da minirreforma porém, tem grupos que os partidos e os candidatos não podem receber doações: Entidade ou governo estrangeiro; Órgão da administração pública direta ou indireta; Empresa que tem concessão para realizar serviço público; Entidade de classe ou sindical; Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recurso do exterior; Entidades beneficentes e religiosas; Entidades esportivas; Organizações não governamentais que recebem recursos públicos. Caso descoberta alguma doação ilegal, existem punições tanto para os doadores, quanto para os partidos e os candidatos. Esse financiamento privado considerado o grande divisor de águas das campanhas, e de onde vem a maioria dos recursos, em 2014 arrecadou das empresas juntas mais de R\$ 3 bilhões para as campanhas eleitorais. Além do dinheiro das empresas, em 2014 mais de 136 mil pessoas fizeram doações que resultaram em R\$ 552,5 milhões, o que é muito menos que as doações empresariais. No entanto em 2016, somente com as doações físicas, o TSE calculou mais de 2,5 bilhões de doações, o que não é um valor baixo comparado a 2014 com os dois tipos de doações. O financiamento das campanhas é ponto sensível do processo eleitoral brasileiro, pois com ele se

garante maior alcance e quantidade de divulgação da campanha, aumentando consequentemente as chances de sucesso das candidatas. Por isso a proibição das doações empresariais como tentativa de diminuir o poder econômico, diante das falas parece equivocada, já que se mantém campanhas com grandes recursos em detrimento de outras sem qualquer recurso. Dessa forma o processo mais justo e isonômico possível, que evite ao máximo a influência do poder econômico sobre o resultado das eleições, ainda não foi encontrado. Para a maioria das candidatas entrevistadas o financiamento público é um dos possíveis caminhos, como já destacado e pontuado por mais uma candidata: *“Não basta ter as cotas de 30% que obriga os partidos a lançarem candidaturas femininas e não termos financiamentos público de campanha, não termos mecanismos concretos de validação dessas candidaturas que dê condição, estrutura, para que essas candidaturas se viabilizem”*(O,2014). A defesa do financiamento vem tanto do quesito equidade de recursos para campanha, como em confronto das cobranças dos financiadores privados, após o término da campanha. O desequilíbrio no dar e receber pode separar credores e devedores, e se não ocorre, é por conta da censura difusa



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

exercida pela comunidade sobre cada um dos seus membros (PALMEIRA; HEREDIA, 2010). Pontuação retratada na fala da L.2014: *“financiamento privado as candidaturas, é uma paralisia na ação política caso o candidato seja eleito, uma vez que aquele candidato deverá governar a favor daqueles que o financiou, deixando os pobres e pretos fora dos planejamentos políticos”*.

Ana Alice Costa (1988), mostra que o ingresso de mulheres na política brasileira em meados dos anos 1980 aconteceu sob o cenário de disputa dos partidos pelos votos do eleitorado feminino. Naquele período os partidos incluíram as mulheres como candidatas mas mantiveram a estrutura interna machista dos partidos políticos com o monopólio dos homens dos meios de comunicação, financiamentos e recursos para as campanhas políticas, como observamos casos ainda hoje. Assim é difícil diferenciarmos as táticas e estratégias dos partidos de direita e esquerda no que tange a reprodução dos sistemas de discriminação, uma vez que para todos os partidos políticos o cálculo é baseado no sucesso eleitoral e não na defesa de agendas políticas de direitos de negras e negros, mulheres, LGBT, indígenas e deficientes. Apesar do maior contingente de candidatas e candidatos engajados com as lutas dos

grupos subalternizados estar em partidos de esquerda, mesmo que não sejam os protagonistas, como pontua a afirmação: *“a esquerda não nos vê como protagonista, a direita já sabemos quem é, e o direito já sabemos quem é... e a direita continua a pegar essas minorias para compor legendas, além da afro conveniência, onde se utiliza identidade e legendas somente para a eleição”* (L.2016). Outro ponto modificado com a minirreforma de 2015, foi horário de propaganda, onde partidos ou coligações com mais representantes na câmara possuem mais tempo de programa, além do encurtamento do horário. Antes com 45 dias de propaganda com 30 minutos diários – dividido em dois blocos; agora com 35 dias de propaganda, e 10 minutos divididos em dois blocos, neste caso dedicados apenas aos candidatos à prefeitura. Dentro das mudanças, agora tem 70 minutos para inserção de 30 a 60 segundos ao longo do dia dentro da programação local, destes 42 serão para candidatos a prefeito e 28 para candidatos a vereador.

1.3. Viés comunitário das personagens: trajetórias de vidas

Diante das variadas modificações decorrente da minirreforma e a falta de apoio para as candidaturas femininas, o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

viés comunitário, sindicalista, de coletivos ou partidarista, se tornou ponto de início e de manutenção de diversas candidaturas, como visto na descrição das personagens. Compreender o caminho percorrido pelas candidatas é um dos pontos para entender o porque muitas delas decidiram pela carreira política: *“comecei a trabalhar na infância e a minha militância no movimento social, em especial das trabalhadoras domésticas, começou na década de 80. Em 84 eu comecei a militar no grupo de trabalhadoras domésticas, em 86, a gente criou a associação das trabalhadoras domésticas da Bahia, em 13 de maio de 90 a gente criou o sindicato das trabalhadoras domésticas, porque em 88 a gente conquistou o direito de se organizar em sindicato”* (C,2014). A fala destacada acima e as que agora prossegue: *“E de 86 a 90 eu trabalho como professora em Camaçari (...) Nessa época eu início minha militância, inclusive no sindicato dos professores, (...)é quando eu iniciei realmente a militância. Já conheci o movimento negro de 81 a 82, neh?”* (L,2016), *“Fui a primeira mulher presidente do Sindicato dos Servidores da UFBA. Procurei dar visibilidade para os servidores de todo o Brasil, bem como lutei para valorização dos profissionais”* (V.2014), demonstra uma das portas para militância, os sindicatos,

como exemplos o de domésticas e de professores, local onde muitas candidaturas se levantam enquanto lideranças políticas para pleitear por demandas das categorias. Para tanto está relacionada a um grupo ou sindicato para além da demanda da categoria, influencia na sua reputação e importância política para concorrer. As eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais, é onde a ideia de política local e política nacional é instalada. Nas eleições municipais, por exemplo, observamos bastante a política de representação, a qual atravessa a sociedade, no entanto *“a importância da reputação de alguém diminui quando a intensidade da interação também diminui”*, e então temos a relação de dualidade posta, relações institucionais e relações pessoais em todos os níveis (PALMEIRA; HEREDIA, 2010). A trajetória política e o viés demarcado por cada candidata, dialoga diretamente com sua interação e reputação, mas muitas dessas campanhas são enfrentadas como dever, onde o candidato ideal é vontade do grupo, e não uma escolha individual, e isso é visto na fala de entrevistados de Karina Kuschnir (2000) *“eu não me lancei candidata”* e desse capítulo em si. Assim não se trata de uma escolha, mas de um dever ou *“pressão dos eleitores”* (Kuschnir,2000), dos



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

coletivos, grupos, sindicatos ou partidos, como foi o caso de (L,2016) “e aí o nome mais uma vez foi o meu, neh? E aí eu acho que dessa vez eu não tive, primeiro que eu não tive medo e segundo que eu não tinha pra onde correr. Não teve ninguém, ninguém que dissesse assim, não é o momento, como historicamente eu vi em outros lugares”. Outra candidata afirma: *“Eu fui escolhida na verdade por vários amigos, nas eleições passadas me chamaram, me convidaram pela minha militância, pelo meu jeito, meu procedimento na parada gay”* (D,2016), e após a escolha das candidatas, cabe aos futuros cabos eleitorais e aliados políticos, fortalecem as bases eleitorais, com ideia de humanização e aproximação dos eleitores a partir de propagandas e outras estratégias. Os candidatos a reeleição nesse momento, tem mais chances do que o novo candidato, pelas ligações políticas e partidárias, recursos financeiros, e uma equipe de assessores já articulada, o que observo como privilégios do mandato (Kuschnir,2000). Como a escolha do candidato pelo partido, o voto também não é uma escolha individual, assim podem estar em jogo o bairro, a religião, o time de futebol, e até o conselho do sogro. O foco está nos discursos e estratégias adotadas pela candidata, e dentre eles está os comícios domésticos, como

símbolo de integração eleitorcandidato, “o voto compreendido em termos culturais”. Aos poucos eles criam a ideia de pertencimento a partir de afinidades simbólicas entre candidato e eleitor, tudo por uma troca, com a pretensão de aumentar os dividendos de seu voto (Kuschnir,2000). E mesmo com um projeto democrático, voltado a equidade de gênero e diminuição das desigualdades, a falta de formação política interfere na autonomia do indivíduo em decidir pelo seu voto, quadro que observamos nas eleições estudadas até a mais recente de 2018. Exclusão para cima, exclusão para baixo, com relação direta as questões de favores observados na política, tem relação direta com poder. “Se fazer favores gera poder, fazer política, significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de iguais”, pensar em comunidade, é como desinvestir nos seus próprios poderes (PALMEIRA; HEREDIA, 2010). Isso me faz refletir sobre o perfil traçado das personagens e como elas colocam suas candidaturas para as comunidades, grupos específicos, o que pelas referências reflete na diminuição do seu poder político. No entanto diferente das teorias, as personagens candidatas colocam as comunidades e grupos dos quais elas surgiram, como grande impulsionadores, a exemplo desta fala:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

“Eu queria ouvir que doméstica era trabalhadora, que precisava ter direitos iguais, que doméstica tinha que ser tratada com respeito, e aí pronto, nessa reunião lá no Vieira eu ouvi isso, dizer que a gente fazia parte da classe operária e que nós, como a parte prejudicada, quem tinha que se organizar era nós, pra lutar pelos nossos direitos, porque se a gente não começasse a se organizar ninguém ia se organizar por nós, e aí terminou a reunião e eu disse que tinha certeza que era daquele grupo que eu queria participar, e pra mim aquele grupo passou a ser um projeto. Eu não ia mais abrir mão daquele grupo, pra mim era sagrado” (C,2014).

Com a afirmação “Algum dia teremos que deixar a margem oposta. Começar a agir em vez de apenas reagir” (ANZALDÚA, 2005, p.705), refletimos sobre o rumo a nova consciência, que está na ação que podemos tomar diante das ambivalências e paradigmas estabelecidos. Assim como fez essas personagens durante suas vidas, mesmo diante das controvérsias: *“Tentei trancar, mas não foi possível, então eu tive que tomar a decisão de abandonar o curso no 5º semestre. Passei por muitas dificuldades, inclusive fome. Passei inclusive o risco de ficar sem ter um teto, sem ter onde morar, porque até então eu morava de aluguel e aluguel aqui é muito complicado, principalmente*

para quem tem o orçamento muito apertado” (S,2016). Essa nova consciência quebra o aspecto unitário de cada paradigma, pois aumenta a tolerância a ambiguidade e as contradições, e não apenas sustenta contradições, como também transforma a ambivalência em coisas novas. Dentre desses novos pontos, as candidaturas gritam por representação e modificações: *“Precisamos eleger representantes LGBTs que tenham coragem de enfrentar o sistema, a chamada governabilidade que negocia direitos humanos e ir para um embate direto com os setores tradicionalistas conservadores, representados em suma pelos fundamentalistas religiosos” (M,2014).*

Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2005000300015/7726>>.
- COSTA, Ana Alice, As donas no poder: mulher e poder na Bahia. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia,1988. 248p. (Coleções Bahianas, v. 2)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

DEMOCRACIA, Mulher. Perfil da(o)s parlamentares. A questão da mulher na visão parlamentar do nordeste do Brasil. Recife:, 2008. Cap. 1. p. 19-35.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins.

POLÍTICA DE CITAÇÃO E OS USOS DA TEORIA FEMINISTA E QUEER

FRANCÓFONA NO PPGNEIM/UFBA: avaliação da primeira década do programa.

Revista Feminismos, v. 4, n. 3, 2018.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins;

FONSECA, Bárbara Silva da; SILVA,

Shirlei Santos de Jesus. A Participação de

Pessoas com Deficiência na Política:

entrevista com Cristina Gonçalves.

Cadernos de Gênero e Diversidade,

Salvador/BA, v. 2, n. 1, p.36-40, jul. 2016.

Semestral. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgender/article/view/20428/13008>>.

PALMEIRA, Moacir. HEREDIA, Beatriz.

Política ambígua. Coleção Antropologia da

política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará :

NUAP. Cap. 3 e 6, p.81-94;125-138. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del

Poder, Eurocentrismo y América Latina.

In: _____. Cuestiones y horizontes: de la

dependencia histórico-estructural a la

colonialidad/descolonialidad del poder.

Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

CLACSO, 2014. Disponível em: <

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur>

/20100624103322/12_Quija

no.pdf>. Acesso em: 05 de Junho de 2017.

Fontes consultadas

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>

TRIBUNAL Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais 2016. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016>>